

A política anti-ambiental de Bolsonaro | Álvaro Alencar

14/05/2019

As políticas anti-civilização, iniciadas pelo golpe, tem continuidade e aprofundamento no Governo Bolsonaro.

O ataque às universidades, aos aposentados e aposentadas, colocam o foco da atuação dos interesses do capital: quem não está vendendo sua força de trabalho ou desempregado para forçar para baixo o custo da mão-de-obra é um estorvo e um gasto inútil. Tudo o que não dá lucro imediato ou não pode ser mercantilizado, não presta.

Na área ambiental isto é avassalador. Seguem os desmontes das políticas públicas e retirada da capacidade de formular e implementar políticas públicas no Ministério do Meio Ambiente. Nenhuma ação pública agora e assegurar que não possa haver nenhuma ação pública no futuro, isto é, política da barbárie bolsonarista.

Até ex-ministros do Meio Ambiente, de cores políticas tão distintas como Rubens Ricupero, que foi ministro de Itamar Franco, Gustavo Krause e José Carlos Carvalho que foram ministro no governo FHC, Marina Silva, Carlos Minc e Izabella Teixeira, ministros de Lula e Dilma, tomaram a iniciativa de reunir-se dia 8 de maio, e escrever um documento em defesa da política ambiental e dos preceitos constitucionais de defesa do meio ambiente.

Eles perceberam que “as iniciativas em curso no Ministério do Meio Ambiente comprometem a imagem e credibilidade internacional do país e a que governança socioambiental está sendo desmontada(...)”. O documento cita que “a credibilidade do Brasil no Acordo de Paris é questionada frente a posições do governo que reforçam a negação das mudanças climáticas.”

Talvez seja de Sarney Filho a observação mais arguta: “Quando você fala de uma obra, ela pode ser reparada, mas quando fala de floresta, não tem retorno”, disse. Para ele, o Ministério do Meio Ambiente virou “extensão do Ministério da Agricultura”. Demostram isto o ataque ao Código Florestal, a política de liberação de herbicidas já proibidos em vários países, o favorecimento e falta de controle do desmatamento na Amazônia e no Cerrado, e principalmente, as políticas contra a demarcação das terras indígenas. É a volta da política do faroeste, do “índio bom é índio morto”. São os grandes proprietários que determinam os movimentos do Governo.

Por trás das aparentes políticas de conotação ideológica, os discursos ideológicos rasteiros contra minorias, ecologistas, índios, quilombolas, professores vagabundos, existe um interesse e uma determinação absolutamente capitalista: a mercantilização do mundo natural, visto apenas como reserva de valor e fonte de renda. A lógica da exploração dos humanos e da natureza para acelerar o ciclo de produção capitalista e rentabilizar o tempo: expandir, explorar, consumir.

O discurso contra Ibama, ICMBio e Inpe, não são apenas uma continuação de campanha eleitoral, são necessidades do capital de superar a crise construindo um período histórico sem regulação do capital, seja ela social, direitos dos trabalhadores, ou ambiental, para assegurar o futuro da humanidade.

Como disse Michel Lowy em “Crise Ecológica, Crise Capitalista”: “A crise econômica e a crise ecológica resultam do mesmo fenômeno: um sistema que transforma tudo – a terra, a água, o ar que respiramos, os seres humanos – em mercadoria, e que não conhece outro critério que não seja a expansão dos negócios e a

acumulação de lucros. As duas crises são aspectos interligados de uma crise mais geral, a crise da civilização capitalista industrial moderna. Isto é, a crise de um modo de vida – cuja forma caricatural é o famoso american way of life, que, obviamente, só pode existir enquanto for privilégio de uma minoria – de um sistema de produção, consumo, transporte e habitação que é, literalmente, insustentável. ”

Desmontar as instâncias e os órgãos de fiscalização do meio ambiente são o programa do capital para o Ministério do Meio Ambiente, é a necessidade de reverter as conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras nos governos Lula e Dilma em todas as áreas.

Encaramos o governo Bolsonaro em seu maior vigor e ódio, somando o desprezo por sem-terras e povos da floresta, o nojo que a casa-grande tem senzala e do mato, com as tecnologias de 4ª geração dos agrobóys, filhos e netos dos fundadores da UDR, com Uber na cidade e sem IBAMA no campo. Limpar todos os resquícios de socialdemocracia ou empecilhos ao capital.

Não é apenas um mero desmonte ou troca de enfoque, é uma política anti-ambiental.

Álvaro Alencar é militante da Democracia Socialista.